



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EMPREITADA DE "REABILITAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - FAQUELO - UF DE ARCOS DE VALDEVEZ (S. PAIO E GIELA)" ADJUDICADA À SOCIEDADE COMERCIAL TERRA & PEDRA - TERRAPLANAGENS, LDA., DE VILA VERDE [PO 198/2016] -----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)


No dia **2 de março de 2017**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, Chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar de Aldeia, Freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de presidente da referida Câmara Municipal, em representação do **Município de Arcos de Valdevez**, pessoa colectiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de harmonia com a deliberação camarária de 23 de dezembro de 2016, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respetiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

Artur da Cunha Martins, casado, natural da extinta freguesia de Alheira, actualmente União de Freguesias de Alheira e Igreja Nova, concelho de Barcelos, onde reside na Rua do Rugem, nº 233, que outorga na qualidade de **sócio-gerente**, com poderes para este ato, em representação da sociedade por quotas, denominada "**TERRA E PEDRA - TERRAPLANAGENS, LDª**", com sede no lugar de Penedos Altos, freguesia de Turiz, concelho de Vila Verde, registada na Conservatória do Registo Comercial daquele concelho sob a matrícula correspondente ao número de identificação fiscal **501 532 331**, com o capital social de € 50.000,00, como segundos outorgantes, a fim de reduzir a escrito o presente contrato que se regula pelas seguintes cláusulas: -----

----- Primeira -----

A Câmara Municipal, representada do primeiro outorgante, na sua mencionada reunião ordinária de **23 de dezembro de 2016**, deliberou adjudicar, mediante Ajuste Direto, nos termos

do artigo 123º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, doravante designado por CCP, à representada do segundo outorgante, a empreitada de **“REABILITAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – FAQUELO – UF DE ARCOS DE VALDEVEZ (S. PAIO E GIELA)”**. -----



----- Segunda -----

O preço contratual é de **€ 15.961,66 (quinze mil novecentos e sessenta e um euros e sessenta e seis cêntimos)**, a que acresce o Imposto de Valor Acrescentado, à taxa de 6%, da importância de **€ 957,70 (novecentos e cinquenta e sete euros e setenta cêntimos)**. -----

----- Terceira -----

A empreitada tem por objecto os trabalhos constantes da respectiva lista contratual de preços unitários, os quais serão iniciados no primeiro dia útil a seguir ao da data da consignação, e concluídos no prazo de **30 dias**, incluindo sábados, domingos e feriados, a contar dessa mesma data. -----

----- Quarta -----



A consignação da obra deverá estar concluída no prazo de **30 dias** após a assinatura deste contrato. -----

----- Quinta -----

A medição dos trabalhos executados far-se-á mensalmente, de acordo com o estipulado no artigo 387.º e seguintes do CCP, sendo os respetivos pagamentos efetuados no prazo de 60 dias, de acordo com o artigo 299º, nº 4, do mesmo Código, e o artigo 16.º do Caderno de Encargos. -----

----- Sexta -----

O prazo de garantia da obra, durante o qual a representada do segundo outorgante está obrigada a corrigir todos os defeitos da mesma, é o definido no nº 2 do artigo 397º do CCP e no artigo 63.º do Caderno de Encargos. -----



----- **Sétima** -----

Ao incumprimento do contrato são aplicáveis as regras dos artigos 325º e seguintes do CCP e do artigo 27.º do Caderno de Encargos. -----

----- **Oitava** -----

As revisões de preços são reguladas pelas disposições do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, sendo efectuadas segundo a fórmula fixada no caderno de encargos que integra este contrato: **F 21 – Redes de abastecimento de água e de águas residuais.** -----

----- **Nona** -----

O encargo total deste contrato é o do valor da adjudicação, acrescido das revisões de preços legalmente exigíveis, e do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, sendo a classificação orçamental respectiva, do ano corrente, a seguinte: -----

Classificação orgânica - Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

Classificação económica - **Agrupamento 07** – Aquisição de Bens de Investimento; **Subagrupamento 01** – Investimentos; **Rubrica 04** – Construções diversas; e **Alínea 07** - Captação e distribuição de água. -----

Classificação Funcional – **24401.** -----

----- **Décima** -----

É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

----- **Décima Primeira** -----

O presente contrato não está sujeito a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, designadamente, o Código dos Contratos Públicos, e legislação complementar. -----

----- **Décima Segunda** -----

1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Os suprimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61.º do CCP;-----

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;-----

c) O caderno de encargos;-----

d) A proposta adjudicada; -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

----- Décima Terceira -----

Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

----- Décima Quarta -----

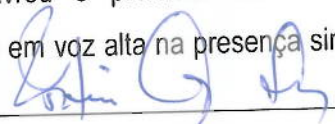
O segundo outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----


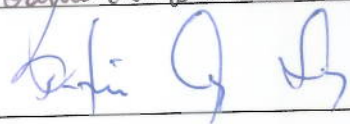
----- Décima Quinta -----

Que se obriga a realizar todos os trabalhos dentro das boas normas de execução e nos termos da respetiva proposta e do caderno de encargos, cumprindo todas as instruções que para esse fim lhe forem transmitidas pelos Serviços da dita Câmara Municipal. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos, que ficam arquivados com o presente contrato: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **31-01-2017**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Vila Verde, em **31-01-2017**, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Alvará

de construção nº 63010-PUB, válido por tempo indeterminado; d) Consulta à Certidão Permanente do Registro Comercial, com o código de acesso 8032-3038-5111, subscrita em 01-12-2014 e válida até **01-12-2017**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade, pela qual foram verificadas a qualidade e suficiência de poderes do segundo outorgante para este ato; e) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; f) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar se lavrou o presente contrato que vai ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido em voz alta na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----


Rui da Cunha Martins


Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **31/029/2017**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **6/2017**